

Ulysses reafirma que a Constituinte é soberana



O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que o juiz da decisão dos constituintes sobre o

mandato do presidente José Sarney, que começa a ser votado domingo na Comissão de Sistematização, será a consciência de cada um e, principalmente, a opinião pública.

Ulysses fez a afirmação ao ser indagado sobre como via a atitude do Presidente de considerar seu inimigo quem votasse pelos quatro anos. Mesmo lembrando a soberania da Constituinte para votar a duração do mandato presidencial, o deputado voltou a defender o sistema presidencialista de Governo e cinco anos para Sarney.

«Eu tenho declarado inúmeras vezes que sou presidencialista e pelo mandato de cinco anos e se a Constituinte inserir em seu corpo permanente o mandato de cinco anos, não vejo como discriminar o presidente Sarney», sustentou Ulysses, completando que «aliás, na Comissão de Sistematização votamos contra a discriminação».

Soberania

A seu ver, a atitude de Sarney de considerar seu inimigo quem votar pelos quatro anos, foi uma reação do Presidente por se considerar discriminado pela Constituinte. «Mas o Presidente entende que a Constituinte é soberana e não suserana, isto é, uma Constituinte que não tem os requisitos de sua soberania», explicou.

«Os constituintes vão se orientar e decidir pela sua consciência ou é uma Constituinte ou senão não tem as condições de exercer o seu dever em termos de sua soberania. O juiz do receio de qualquer atitude que tome será a consciência e, principalmente, a opinião pública já que é uma Constituinte independente», reforçou Ulysses.

Ex-ministro acha recado "escabroso"

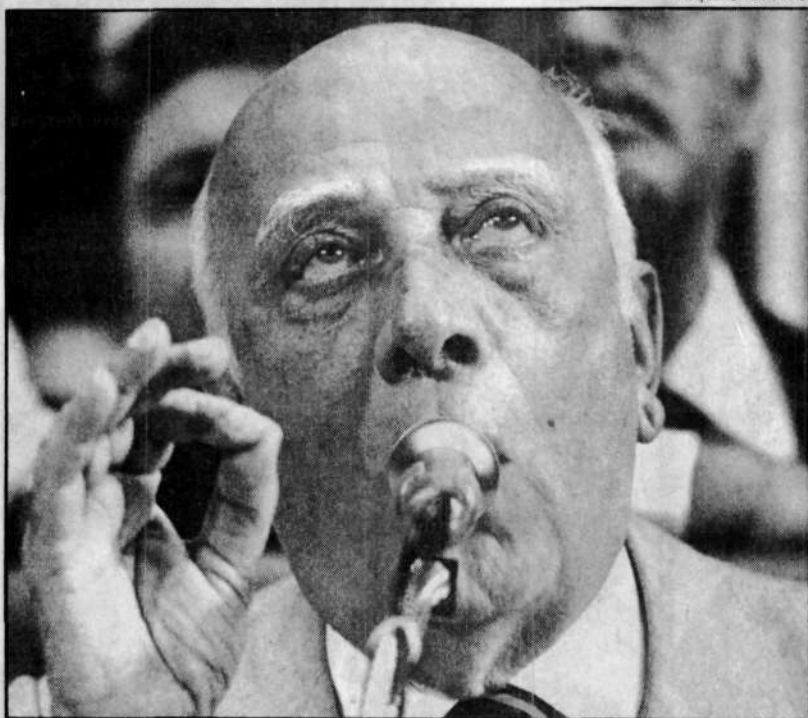
Joaquim Francisco, ex-ministro do Interior, classificou como "escabroso" o recado mandado ontem pelo presidente da República àqueles que não voltarem pelos cinco anos de mandato.

Há três meses afastado do ministério por discordar da maneira como Sarney vem conduzindo os destinos do País, o deputado vê a atitude do Presidente como uma continuação "daquilo que denunciei quando me afastei do cargo, pelo combate à fisiologia". Para Joaquim Francisco "é uma forma desrespeitosa de tratar a Assembléia Nacional Constituinte. É inadmissível que o Presidente decida baixar o nível, ameaçando demitir pessoas que ocupam cargos públicos, prometendo nomeações em troca dos votos e determinando que seu porta-voz vá à televisão, afirmar que considera agressão ao Governo a votação do mandato de quatro anos, no momento em que a Constituinte se reúne para discutir exatamente a duração do mandato", ressaltou o deputado.

O ex-ministro afirmou que até o Presidente "tomar a iniciativa de investir duramente contra a Assembléia Nacional Constituinte", havia uma tendência, pela aprovação do mandato de cinco anos. "Mas agora, afirmou, é possível que a Comissão de Sistematização aprove os quatro anos, como forma de comprovar sua soberania".

Joaquim Francisco acredita que sendo um político com mais de 30 anos de vida pública, não tem condições mínimas de governar o País ou de executar qualquer dos seus programas, por ninguém obedecer a ninguém em seu Governo".

O deputado pernambucano, que defende eleições para o próximo ano, acredita "que o bom senso dos constituintes irá imperar e eles votarão por um mandato de quatro anos", concluiu.



Ulysses continua defendendo o presidencialismo e os cinco anos

Líderes divergem sobre declaração do Planalto

"Eu prefiro o Sarney da emenda nº 26, quando convocou a Constituinte e disse que ela é livre e soberana". A declaração é do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), em resposta às afirmações atribuídas ao presidente Sarney de que irá encarar como "afronta pessoal" o voto dos constituintes a favor de um mandato inferior a 5 anos. Já o líder do PFL na Câmara e na Constituinte, José Lourenço (BA), chegou a considerar as manifestações do Palácio do Planalto até "pouco veementes".

Chiarelli considera que a "versão Sarney via porta-voz" significa no mínimo um constrangimento para quem compreende a Constituinte como uma Assembléia soberana, onde cada um vota conforme sua consciência. "É uma interferência indevida, inoportuna, inadequada", insistiu o senador.

O líder José Lourenço, que na quarta-feira participou da reunião no Palácio do Planalto com o chamado "grupo Centrão", pre-

dominantemente de direita, garante que as afirmações atribuídas a Sarney não mudaram o balanço de votos na Comissão de Sistematização a favor do mandato de cinco anos: ele diz ter certeza de poder contar com 20 votos pefelistas, entre os 24 parlamentares do partido que compõem a Comissão. Lourenço, que nas suas constantes mudanças de humor e opinião já chegou a defender o rompimento do partido com o Governo e a defender como possibilidade concreta o mandato de 4 anos, não abandonou seu velho estilo: "O Palácio foi até pouco veemente para o meu gosto". E fez questão de frisar que Sarney é "tão democrata" que "autorizou" a contratação do ex-deputado Israel Pinheiro Filho (suplente afastado pelo governador de Minas, Newton Cardoso, por ser parlamentarista) para assessor parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia. A nomeação, não é feita por Sarney, mas pelo ministro Luís Henrique, do PMDB.

Jesemar Gonçalves



Chiarelli (C), junto a Cabral, diz que ameaça constrangeu Comissão

Ético, Aureliano apóia 5 anos

O ministro Aureliano Chaves defendeu o mandato de cinco anos para presidente da República numa conversa com os quatro parlamentares mineiros do PFL que compõem a Comissão de Sistematização. A informação é do deputado Mário Assad, um dos participantes do encontro, que frisou em seguida que Aureliano deixou claro que dava uma "opinião pessoal", pois nunca pretendia nem pretender influir na Constituinte, cuja decisão é soberana. O ministro confirmou ainda sua pretensão de candidatar-se à Presidência da República.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), que não participou do encontro, pois está fora da Comissão de Sistematização, disse que a posição de Aureliano, como ministro do Governo, não podia ser outra, embora seja evidente que um mandato de quatro anos para Sarney interessaria ao ministro. «Quem acha que Aureliano Chaves deve ser nosso candidato a presidente da República não pode ir perguntar a ele se apóia ou não mandato de cinco anos. É evidente que ele só pode falar a favor do mandato, por uma questão de ética».

Candidatura

O encontro com Aureliano foi provocado pelos próprios pefelistas mineiros da Sistematização, os deputados Oscar Corrêa, Cristóvam Chiaradia, José Santana e Mário Assad. Este último é o único parlamentarista do grupo, e faz questão de frisar que Aureliano Chaves, mesmo sendo presidencialista, sempre compreendeu a sua convicção pelo regime de gabinete. Assad vai votar a favor dos cinco anos de mandato e está convencido de que um mandato de 4 anos para Sarney inviabiliza o parlamentarismo, pois não há como implantá-lo em tão curto espaço de tempo. Do grupo, o único que ainda não definiu seu voto foi o deputado Oscar Corrêa. Os outros mineiros também votam a favor dos cinco anos.

Mário Assad confirmou as pretensões de Aureliano de se candidatar à Presidência da República. Ele disse que a explicação do ministro é de que não pode se lançar ainda porque as regras do jogo não estão definidas. «Mas ele disse que, se o partido quiser, será candidato», confirmou o deputado mineiro.

Empresariado também quer pleito em 88

São Paulo — Há cada vez mais consenso no meio empresarial brasileiro em torno do amadurecimento da idéia de se realizarem eleições diretas gerais em 1988. Os diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ainda não convergem para um único nome, como candidato a Presidente da República, e preferem não revelar suas preferências.

Nildo Masini, vice-presidente da entidade, é uma das exceções e declinou ontem sua preferência pessoal: "Acho que o governador Orestes Quéricia está capacitado a assumir a Presidência da República".

Cláudio Bardella, empresário ligado ao setor da indústria de bens de capital e também vice-presidente da Fiesp — que ultimamente tem sido um dos interlocutores entre os empresários e o ministro da Fazenda, Bresser Pereira — é de opinião que o nome do candidato deve surgir do meio político: "Por enquanto, não há candidato algum. No meio empresarial só existe o apoio à idéia das diretas em 1988".

Segundo Bardella, independentemente da vontade empresarial, "O Brasil precisa de estadistas na Presidência da República e há pelo menos mais de 100 com capacidade para isso. Não gostaria, ainda, de citar nomes". Perguntado sobre o nome de Orestes Quéricia, Cláudio Bardella apenas admitiu que Orestes Quéricia "É um candidato que deve ser respeitado".

Sentimento

Nildo Masini fez questão de dizer que a Fiesp não toma posição nessa questão de eleições diretas. Na sua opinião, porém, "é preciso pesar duas coisas: sei que eleições diretas em 1988 vão paralisar novamente o País. A máquina administrativa não irá funcionar, por causa do interesse de todos no assunto. Mas, a continuar a atual incerteza vivida no País, é preferível a primeira hipótese do que continuarmos mais dois anos com intranquilidade. Sinceramente, o sentimento entre os empresários é mesmo, no momento, por eleições em 1988".

Salvador Firace, segundo vice-presidente da Fiesp e presidente do Sindicato das Indústrias de Rações Balanceadas, revela que os empresários estão prontos a iniciar, imediatamente, uma ampla campanha de conscientização dos trabalhadores, visando as prováveis eleições de 1988: "É só termos uma certeza disso e comecemos a trabalhar".

General é lançado como "brincadeira"

Porto Alegre — O lançamento da candidatura do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, à sucessão do presidente José Sarney chegou a ser comentado na reunião sigilosa que promoveram domingo passado, no Rio de Janeiro, os governadores peemedebistas Moreira Franco, Orestes Quéricia, Waldir Pires, Miguel Arraes e Pedro Simon. Mas o assunto veio à tona — apenas e tão somente — em tom de brincadeira.

A revelação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo governador gaúcho Pedro Simon, durante entrevista coletiva à imprensa. Indagado sobre as cogitações de que o general Leônidas poderia ser candidato, Simon ironizou: "Quem falou primeiro sobre isso fui eu". Contou, então, que na reunião de domingo um de seus colegas — que não especificou — perguntou se não seria conveniente o PMDB lançar um candidato à sucessão do presidente José Sarney, de vez que os demais partidos já estão com nomes na rua. "Eu disse que achava que não, porque nos outros partidos isso é natural, mas nós, quando lançarmos candidato, tem que ser "pra valer", relatou Simon.

Simon prosseguiu, contando que, "por delicadeza", os outros quatro governadores responderam que também ele poderá ser o candidato. "Eu comentei que não; que a Nação já está até aqui de gaúchos na Presidência", frisou Simon, revelando — rindo — ter acrescentado em tom de brincadeira que, se os gaúchos tivessem, que indicar alguém, escolheriam "o Doutor Leônidas" — que é gaúcho.

Para o governador gaúcho, não tem fundamento as informações de que o ministro do Exército deseja suceder o presidente José Sarney. "Ele não quer ser candidato. Eu sei que não. Ele até já declarou isso à imprensa", asseverou. Simon acrescenta ser normal o comentário do Comandante Militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, de que o ministro Leônidas seria um bom candidato.